

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

GILMAR JOSÉ VIANA

**A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO E DA PRÁTICA DOCENTE
PARA LIDAR COM A INDISCIPLINA ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

GILMAR JOSÉ VIANA



**A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO E DA PRÁTICA DOCENTE
PARA LIDAR COM A INDISCIPLINA ESCOLAR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Orientadora: Prof. Me. Claudimara Cassoli Bortolo.

MEDIANEIRA

2014



TERMO DE APROVAÇÃO

A importância do conhecimento e da prática docente para lidar com a indisciplina escolar

Por

Gilmar José Viana

Esta monografia foi apresentada às 11:10 h do dia 04 de outubro de 2014 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. Me. Claudimara Cassoli Bortoloto
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Dr. André Sandmann
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Me. Neron Alipio Cortes Berghauser
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico esta monografia á minha família pela fé e confiança demonstrada, e em especial á minha esposa que sempre esteve ao meu lado incentivando e dando forças para continuar a caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

A minha mãe, que enquanto esteve neste mundo não deixou um dia sequer de orar por mim.

A minha esposa e filhas pela dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Me. Claudimara Cassoli Bortolo pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Os que se encantam com a prática sem a ciência são como os timoneiros que entram no navio sem timão nem bússola, nunca tendo certeza do seu destino”. (LEONARDO DA VINCI).

RESUMO

VIANA, Gilmar José. **A importância do conhecimento e da prática docente para lidar com a indisciplina escolar**. 2014. 42 páginas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

Este trabalho tem como temática uma abordagem sobre a importância dos professores buscarem conhecimentos que embasem as suas práticas para lidar da melhor forma possível com a indisciplina escolar. O objetivo central deste trabalho é analisar e promover a construção de conhecimentos que auxiliem na compreensão da indisciplina além das considerações de senso comum e sob um enfoque diferenciado voltado à prática docente. Considerando que a indisciplina apresenta-se como um dos maiores desafios da educação contemporânea e que o professor é o sujeito que lida diretamente com essa realidade e com suas consequências, este trabalho buscou apresentar as diferentes concepções de indisciplina e como essas diferentes visões tem influenciado a prática docente e o entendimento dessa problemática no espaço escolar. Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de um trabalho reflexivo e fundamentado nos estudos já realizados sobre a temática, que ofereça subsídios às escolas e aos professores para entender e expressar a visão de homem, de mundo e de sociedade que norteia as suas ações educativas e para que possam cumprir o compromisso com a formação dos alunos, superando as barreiras da indisciplina escolar, que tanto dificulta este trabalho.

Palavras-chave: Educação. Ensino. Aprendizagem. Conhecimento. Indisciplina.

ABSTRACT

Viana, Gilmar José. **Importance of knowledge and teaching practice for dealing with school discipline.** 2014. 42 pages. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

This work is thematic approach teachers about the importance of seeking knowledge on which to base their practices to deal optimally with school discipline. The central objective of this paper is to analyze and promote the construction of knowledge to assist in understanding the indiscipline besides considerations of common sense and under a different focus turned back to teaching practice. Whereas indiscipline presents itself as one of the greatest challenges of contemporary education and the teacher is the subject that deals directly with this reality and its consequences, this paper aims to present the different conceptions of discipline and how these different views have influenced the teaching practice and the understanding of this problem at school. In this perspective, we emphasize the importance of a reflective and based on previous studies on the topic work, which offers grants to schools and teachers to understand and articulate the vision of man, the world and society that guides its educational activities and so they can fulfill their commitment to the training of students, overcoming the barriers of school indiscipline, which both hinders this work.

Keywords: Education. Education. Learning. Knowledge. Indiscipline.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	13
3 INDISCIPLINA ESCOLAR	15
3.1 ANALISANDO OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS Á INDISCIPLINA	15
3.2 AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENTENDIMENTO DA INDISCIPLINA	18
3.2.1 Pedagogia liberal.....	19
3.2.2 Pedagogia progressista.....	24
3.3 O PAPEL DA PRÁTICA DOCENTE DIANTE DA INDISCIPLINA ESCOLAR.....	29
3.4 O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DA INDISCIPLINA ESCOLAR	35
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

A indisciplina escolar é um fenômeno que vem despertando discussões e reflexões que ultrapassam o contexto escolar, sendo apontada como um dos maiores desafios a ser superado pela educação contemporânea. A falta de respeito e de limites, típicos do comportamento indisciplinado, são as reclamações mais frequentes de pais e professores, surgindo uma “crença de que as crianças atuais pioraram.”.

Diante dessas reclamações constata-se que a indisciplina, embora seja um tema bastante discutido, ainda é permeada por considerações de senso comum, que ignoram a complexidade dessa problemática. Assim as abordagens sobre a indisciplina que acontecem no interior da escola, em especial nas reuniões pedagógicas, limitam-se à tentativa de apontar culpados, um “joga” a responsabilidade para o outro, sem buscar entender por que essa problemática tornou-se um dos maiores desafios da educação contemporânea.

Para compreender e buscar solucionar o problema da indisciplina escolar é preciso abandonar certas posturas que analisam apenas um lado da questão e reconhecer que são vários fatores que interferem no seu desencadeamento. Entre os inúmeros fatores ou elementos que influenciam na questão da indisciplina destacamos neste trabalho a importância de uma prática docente fundamentada na busca por conhecimentos, que permitam aos professores refletir e buscar entender o valor e a influência da sua prática para o desenvolvimento efetivo dos alunos, pois a maneira como o professor organiza e põe em prática suas aulas é algo que precisa ser analisado ao discutir a indisciplina dos alunos.

Nessa perspectiva, entre tantos fatores que interferem no desencadeamento da indisciplina, a forma como é realizado o ato educativo, as diferentes maneiras pelas quais a educação é compreendida, teorizada e praticada são fatores que merecem ser analisados, para que possamos compreender as diferentes faces da indisciplina.

Dessa forma, o presente trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica, que abordou a importância de buscar conhecimentos que orientem a prática docente perante a indisciplina escolar, rompendo as considerações de senso comum para a

construção de conhecimentos que conduzam à ações para superar esse desafio da educação contemporânea.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O procedimento metodológico utilizado neste trabalho foi uma revisão teórica exploratória, com o intuito de buscar conhecimentos a cerca da possível relação entre a indisciplina e a prática docente, visto que os estudos e análises sob esta perspectiva ainda é pouco explorada.

Os estudos exploratórios são realizados quando o objetivo é examinar um tema ou um problema de pesquisa pouco estudado, sobre o qual temos muitas dúvidas ou que não foi abordado antes. Ou seja, quando a revisão da literatura revelou que existem apenas orientações não pesquisadas e ideias vagamente relacionadas com o problema de estudo ou, ainda, se queremos pesquisar sobre temas e áreas a partir de novas perspectivas. (COLLADO; LUCIO; SAMPIERI, 2013, p. 101).

A revisão teórica deste trabalho tem como objetivo buscar diferentes visões sobre a temática, para enriquecer a abordagem proposta por este trabalho. Segundo Macedo (1994, p. 13) a pesquisa bibliográfica tem um sentido restrito e um sentido amplo. No sentido restrito:

É a busca por de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses, etc.) e o respectivo fichamento das referencias para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final).

No sentido amplo a pesquisa bibliográfica “é entendida como o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa, o qual envolve uma série de procedimentos metodológicos, configurados em etapas de trabalho” (MACEDO, 1994, p.13). As etapas de trabalho correspondem a busca por documentos que abordem a temática que se propõe a estudar; a definição provisória dos temas e subtemas do trabalho, que poderão ser alterados ou aperfeiçoados ao longo do estudo; a leitura dos documentos encontrados que abordam a temática para a seleção daqueles que serão utilizados para a fundamentação do trabalho, nesta etapa é importante fazer fichamentos das leituras realizadas, destacando citações que poderão fazer parte do embasamento teórico e a última etapa é a organização das ideias para dar início á redação do trabalho que será norteadas pelas etapas anteriores.

Nessa perspectiva, a realização deste trabalho foi norteada pelo sentido amplo de pesquisa bibliográfica, analisando as diversas contribuições já existentes sobre a temática e estabelecendo relações entre elas, buscando também desvendar uma parte pouco abordada sobre a indisciplina escolar com foco na prática docente.

Dessa forma, espera-se ampliar conhecimentos e conduzir a uma visão abrangente e crítica, que norteie efetivamente as práticas pedagógicas nas escolas diante da indisciplina. Por isso ao longo deste trabalho foram apresentadas diferentes concepções de indisciplina escolar, a visão da escola e a importância da prática docente como elemento chave para lidar com a indisciplina, rompendo com os desafios que impedem o sucesso do processo ensino-aprendizagem, e que prejudicam o desenvolvimento dos alunos e o trabalho dos professores.

3. INDISCIPLINA ESCOLAR

3.1 Analisando os significados atribuídos à indisciplina

É consenso entre os estudiosos e pesquisadores que abordam a indisciplina escolar o fato desta problemática ser uma das maiores dificuldades presente no espaço escolar contemporâneo, e que apesar de ser um tema relevante, ainda é pouco problematizado e permeado por considerações de senso comum que dificultam a sua compreensão (AQUINO 1996; REGO 1996; ANTUNES 1999).

A falta de respeito e de limites, típicos do comportamento indisciplinado, são as reclamações mais frequentes dos professores, surgindo uma “crença de que as crianças atuais pioraram” (ANTUNES, 1999, p. 85). O fracasso na constituição da disciplina na escola se revela para os docentes um entrave para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, para a qualidade do ensino e para a formação ética dos alunos (ROURE, 2001 apud PIROLA, 2009).

La Taille (1996, p. 10) afirma que este tema é complexo e ambíguo, por isso exige uma postura neutra que análise a temática por vários ângulos, assim expõe o seguinte questionamento:

De fato, o que é disciplina? O que é sua negação, indisciplina? Não é tão simples. Se entendermos por disciplina comportamentos regidos por um conjunto de normas, a indisciplina poderá se traduzir de duas formas: 1) a revolta contra estas normas; 2) o desconhecimento delas. No primeiro caso, a indisciplina traduz-se por uma forma de desobediência insolente; no segundo, pelo caos dos comportamentos, pela desorganização das relações (LA TAILLE, 1996, p. 10).

Com base neste questionamento constata-se que a indisciplina pode ser interpretada de formas diferentes de acordo com o contexto em que ocorre e dos personagens envolvidos. Assim, o comportamento indisciplinado pode ser voluntário ou involuntário. O comportamento indisciplinado que ocorre de forma voluntária pode ser classificado como uma revolta contra as normas, e o comportamento indisciplinado involuntário como desconhecimento das normas.

A indisciplina também pode ser entendida como desordem, desobediência, descumprimento de preceitos e normas estabelecidas para o funcionamento de uma organização. (GUIMARÃES 1996).

Antunes (1999, p. 84) também promove uma reflexão sobre a indisciplina escolar ao conceituar o que seria uma classe disciplinada:

Poderíamos afirmar que uma classe disciplinada é toda aquela que ofereça ao professor oportunidades adequadas para o desenvolvimento de seu processo de ajuda na construção do conhecimento e no desenvolvimento de habilidades e atitudes socialmente aceitas por parte dos alunos (ANTUNES, 1999, p. 84).

Dessa forma, a indisciplina é interpretada como situações e comportamentos que impedem a interação e construção de conhecimentos, comprometendo tanto o trabalho docente quanto o desenvolvimento discente. Nessa perspectiva, os questionamentos, a expressão de ideias e movimentações na sala de aula são aspectos que fazem parte do processo ensino-aprendizagem significativo.

No meio educacional a indisciplina é entendida como desobediência insolente, sendo associada ao comportamento inadequado dos alunos, rebeldia, falta de educação e de respeito, bagunça, agitação (REGO 1996, p. 85). Sendo assim, as manifestações mais comuns de indisciplina apontadas pelos professores e alunos são: falar ao mesmo tempo em que o professor perturbando o andamento das aulas, conflitos entre professores e alunos, conflitos entre os alunos, apatia da classe, atrasos propositais, exibicionismo, perguntas e comentários descabidos com a intenção de testar o professor e desvalorizar o conteúdo das aulas, não fazer as tarefas escolares demonstrando falta de comprometimento, entradas e saídas frequentes sem justificativa e sem autorização, provocações sexuais e racistas, roubos, vandalismo contra a instituição escolar, entre outros.

Corroborando com Rego (1996), Pirola (2009) ao analisar a literatura que aborda a temática, destaca que as manifestações mais comuns de indisciplina apontadas pelos professores são: agressões físicas (brigas e empurrões) e agressões verbais (xingamentos, ofensas e ameaças) entre os alunos; responder o professor de forma ofensiva; faltar com respeito; teimar; desobedecer às regras previamente estabelecidas; zombaria; vandalismo; falta de limites; a rebeldia; o não saber ouvir; desrespeito ao horário; bagunça; gritarias e assobios; brincadeiras; conversas; andar pela sala; agir de má fé; discriminação e preconceito entre os alunos; falta de atenção e de interesse; distração; não participação e não execução das atividades propostas.

De acordo com essas descrições verifica-se que no meio educacional o comportamento indisciplinado é diretamente relacionado à figura do aluno. A escola é permeada por preconceitos com relação aos alunos e suas famílias, os problemas que afetam a escola são considerados de origem familiar, isentando a escola e os professores de responsabilidades.

Pelo discurso dos professores e diretores, a sensação é de que estamos diante de um sistema educacional perfeito, desde que as crianças vivam uma vida artificial, sem nenhum tipo de problemas, enfim, crianças que provavelmente não precisariam da escola para aprender. Para a criança concreta, que vive neste mundo real, os professores parecem considerar muito difícil, senão impossível, ensinar. (COLLARES; MOYSÉS, 1996, p. 26 apud PIROLA, 2009, p. 24).

Contudo, ao abordar a problemática da indisciplina escolar deve-se considerar outros elementos além do comportamento discente, pois “diferentemente das ideias presentes no meio educacional, o comportamento indisciplinado não resulta de fatores isolados, mas da multiplicidade de influências que recaem sobre a criança e o adolescente ao longo do seu desenvolvimento” (REGO 1996, p. 96), dessa forma destacamos que a prática docente é um elemento relevante a ser considerado na abordagem desta temática.

A disciplina entendida como a observância de preceitos e normas necessárias ao bom funcionamento de uma organização aponta como reflexão o fato de que, não raramente, a prática docente rompe essa observância e acaba comprometendo o desenvolvimento psicológico, cognitivo e social das crianças e adolescentes.

E ao refletir sobre a disciplina abordada por Antunes (1999, p. 84) vemos que a visão que permeia a organização escolar está longe de priorizar a “construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes socialmente aceitas por parte dos alunos.” A sala de aula é geralmente entendida como ambiente de transmissão de conhecimentos, em que a manifestação discente compromete o processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma, é possível identificar que há equívocos nos conceitos atribuídos à indisciplina, e ao centrar a preocupação no comportamento das crianças e adolescentes as escolas acabam esquecendo-se de analisar seus próprios comportamentos. Além disso, existe um sentimento saudosista que permeia a

instituição escolar, o tempo passou e ainda estamos apegadas a uma educação do passado, quando filhos e alunos eram submissos e obedientes.

Outro equívoco muito frequente é tentar resolver os problemas indisciplinados apontando culpados, assim o professor atribui ao aluno, a escola atribui à família e a família atribui à escola essa responsabilidade, impedindo ações significativas diante do problema. Nessa perspectiva, de acordo com Aquino (2000, p. 104):

Na própria maneira de entender o fenômeno disciplinar, podemos observar que as hipóteses explicativas empregadas acabam reiterando alguns preconceitos, muitos falsos conceitos e outras tantas justificativas para o fracasso e a exclusão escolar. Encontram-se razões à profusão, mas alternativas concretas de administração, como sabemos, são raras.

Portanto, para abordar a questão da indisciplina escolar é preciso abandonar as considerações de senso comum que impedem um olhar crítico e reflexivo, buscar conhecimentos e considerar o papel significativo da prática docente diante dessa problemática, sem a intenção de apontar culpados, mas com o objetivo de que cada um reconheça e assuma sua responsabilidade pela educação.

3.2 As tendências pedagógicas e suas contribuições para o entendimento da indisciplina

As tendências pedagógicas podem ser classificadas em duas grandes correntes: a pedagogia liberal e a pedagogia progressista. A corrente liberal divide em: tradicional; renovada progressivista; renovada não-diretiva e tecnicista. A corrente progressista divide-se em: libertadora; libertária e crítico-social dos conteúdos (LIBÂNEO, 2006).

Libâneo (2006, p. 19) alerta que as tendências pedagógicas “não aparecem em sua forma pura”. O espaço escolar está permeado pela mistura de concepções dessas tendências, fazendo com que os professores tenham diferentes formas de pensar e fazer o ato educativo. A falta de conhecimentos sobre as tendências pedagógicas faz com que muitos professores baseiem sua prática no senso comum ou que se apeguem a modismos, aderindo a práticas descontextualizadas e sem fundamentação.

Nessa perspectiva, conhecer as tendências pedagógicas e suas concepções frente à educação escolar é o primeiro passo para que os professores possam compreender de onde vem as diferentes visões sobre o papel da escola, sobre os conteúdos e métodos de ensino, os pressupostos da aprendizagem e, em especial, sobre a relação professor e aluno, que atualmente apresenta-se conflituosa devido ao aumento da indisciplina escolar.

Segundo Pirola (2009, p. 26):

Essas concepções pedagógicas tiveram muita influência nas atitudes referentes à relação professor-aluno, bem como na variabilidade do conceito de indisciplina e do que pode ser considerado “mau” comportamento. Historicamente, pode-se considerar que a disciplina sempre foi desejada e mantida através da coerção, de repressão e de constrangimento. Esse tipo de prática foi amplamente questionada nas últimas décadas, fazendo com que o discurso humanista, sempre ignorado pelos educadores, ganhasse força e rompesse com uma relação hierárquica e autoritária entre professores e alunos. Contudo, essas iniciativas de eliminar a repressão e o autoritarismo da educação acabaram por instaurar uma pedagogia que, ao invés de estimular a autonomia e a independência, promoveu a anarquia em detrimento da falta de definições de papéis no espaço familiar e escolar (LONGAREZI, 2001 apud Pirola 2009).

Por isso ao longo deste capítulo foi realizada uma abordagem sobre as tendências pedagógicas buscando identificar, por meio da análise de suas características e pressupostos, suas considerações sobre a indisciplina escolar que interferem de forma explícita ou implícita na prática e entendimento docente sobre a temática.

3.2.1 Pedagogia liberal

A pedagogia liberal defende que a função da escola é preparar o indivíduo para o desempenho de papéis sociais de acordo com suas habilidades específicas, dessa forma os alunos precisam aprender a adaptar-se aos valores e normas vigentes na sociedade de classes. Essa tendência divulga a ideia de que todas as pessoas têm as mesmas oportunidades, mas não considera a desigualdade de condições para o acesso a essas oportunidades.

A pedagogia liberal iniciou-se com a tendência tradicional, em oposição a esta surgiu a tendência renovada e depois o tecnicismo.

Na tendência tradicional o papel da escola é a preparação intelectual e moral dos alunos, através da transmissão de conteúdos que são os conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo do tempo. A abordagem dos conteúdos não considera a realidade dos alunos e nem o seu ritmo de aprendizado, os métodos de ensino são pautados na exposição oral dos conteúdos, na memorização e reprodução do ensinado. Na relação professor e aluno, Libâneo (2006, p. 24) afirma que:

Predomina a autoridade do professor que exige atitude receptiva dos alunos e impede qualquer comunicação entre eles no decorrer da aula. O professor transmite o conteúdo na forma de verdade a ser absorvida; em consequência, a disciplina imposta é o meio mais eficaz para assegurar a atenção e o silêncio.

Aquino (1996, p. 42) cita um texto de 1922 intitulado “Recomendações Disciplinares” que instrui como deveria ser o comportamento dos alunos, desde a chegada à escola até o horário de saída, destacaremos neste texto o trecho que trata da disciplina em sala de aula:

[...] A disciplina é factor essencial do aproveitamento dos alumnos e indispiensavel ao homem civilizado. Mantêm a disciplina, mais do que o rigor, a força moral do mestre e o seu cuidado em trazer constantemente as creanças interessadas em algum assumpto útil. [...]
Em classe a disciplina deverá ser severa:
- os alumnos manterão entre si silencio absoluto;
- não poderá estar de pé mais de um alumno;
- a distribuição do material deverá ser rapida e sem desordem;
- não deverão ser atirados ao chão papéis ou quaesquer cousas que prejudiquem o asseio da sala;
- sempre que se retire da sala, a turma a deixará na mais perfeita ordem.
(Braune apud Moraes, 1922, p. 9-10).

Nessa perspectiva, a grande preocupação da tendência tradicional é com a disciplina dos alunos, o ambiente escolar é organizado de forma rígida, deve ser silencioso, de modo que os alunos tenham atenção e concentração para assimilar os conteúdos expostos pelo professor que é centro do processo educativo, não é permitido participar ou questionar nas aulas; aos alunos cabe memorizar os conteúdos transmitidos e reproduzi-los na prova. A relação professor aluno é pautada na autoridade e disciplina (SAVIANI 2003). “O silêncio nas aulas é absoluto e, fora delas, contido. Os movimentos corporais por sua vez, são

completamente esquadrinhados: sentados em sala, e em fila fora dela” (AQUINO, 1996, p. 43).

A tendência renovada pode ser dividida em duas categorias: a renovada progressivista e a renovada não-diretiva, Luckesi (1994, p. 55) destaca que para esta tendência pedagógica:

A educação é a vida presente, é a parte da própria experiência humana. A escola renovada propõe um ensino que valorize a autoeducação (o aluno como sujeito do conhecimento), a experiência direta sobre o meio pela atividade; um ensino centrado no aluno e no grupo.

Para a tendência renovada progressivista a finalidade da escola é promover a adequação das necessidades individuais dos alunos ao meio social em que vivem. Cabe à escola “suprir as experiências que permitam ao aluno educar-se, num processo ativo de construção e reconstrução do objeto, numa interação entre estruturas cognitivas do indivíduo e estruturas do ambiente” (LIBÂNEO, 2006, p. 25).

Os conteúdos são baseados na experiência e vivência dos alunos, e o conhecimento é resultado da ação a partir dos seus interesses e necessidades. A metodologia parte do princípio de “aprender fazendo”, valorizando as pesquisas, os experimentos e a busca por soluções para os problemas, aprender é uma atividade de descoberta. O método de ensino é pautado nos seguintes passos:

a) colocar o aluno numa situação de experiência que tenha um interesse por si mesmo; b) o problema deve ser desafiante, como estímulo à reflexão; c) o aluno deve dispor de informações e instruções que lhe permitam pesquisar a descoberta de soluções; d) soluções provisórias devem ser incentivadas e ordenadas, com a ajuda discreta do professor; e) deve-se garantir a oportunidade de colocar as soluções à prova, a fim de determinar sua utilidade para a vida (LUCKESI, 1994, p. 58).

O professor deixa de ser o centro do processo educativo, assumindo uma postura de colaborador para o desenvolvimento dos alunos. A relação professor e aluno é democrática, o aluno disciplinado “é aquele que é solidário, participante, respeitador das regras do grupo” (LUCKESI, 1994, p. 54).

A pedagogia renovada não-diretiva tem como inspirador o psicólogo norte-americano Carl Rogers, que possui como linha teórica a abordagem centrada na pessoa. Para esta tendência o papel da escola é formar atitudes, a maior preocupação é com o desenvolvimento da personalidade do aluno, para que atinjam

a realização pessoal, por isso os prioriza os aspectos psicológicos em detrimento aos aspectos pedagógicos e sociais.

O professor é um facilitador do autodesenvolvimento dos alunos e especialista em relações humanas. As características do professor facilitador são:

[...] aceitação da pessoa do aluno, capacidade de ser confiável, receptivo e ter plena convicção na capacidade de autodesenvolvimento do estudante. Sua função restringe-se a ajudar o aluno a se organizar, utilizando técnicas de sensibilização onde os sentimentos de cada um possam ser expostos, sem ameaças (LIBÂNEO, 1994, p. 27).

Os conteúdos estão baseados na procura por conhecimentos pelos próprios alunos conforme seus interesses e motivações. Os alunos são considerados seres ativos, com liberdade e autonomia no processo educativo.

O aprendizado consiste em mudar as percepções da realidade, através da vivência de experiências significativas, que formaram a personalidade do aluno, que é o sujeito do processo educativo.

A tendência renovada surgiu em oposição a tendência tradicional, com a proposta de romper com o autoritarismo, repressão e transmissão de conteúdos, promovendo a participação e atendimento as necessidades e interesses dos alunos. Para tanto a escola passou por uma grande formulação em todos os seus aspectos:

[...] em lugar de classes confiadas a professores que dominavam as grandes áreas do conhecimento, [...] a escola deveria agrupar os alunos segundo áreas de interesses decorrentes de sua atividade livre. O professor agiria como um estimulador e orientador da aprendizagem cuja iniciativa principal caberia aos próprios alunos. Tal aprendizagem seria uma decorrência espontânea do ambiente estimulante e relação viva que se estabeleceria entre os alunos e entre estes e o professor. [...] a feição das escolas mudaria seu aspecto sombrio, disciplinado, silencioso e de paredes opacas, assumindo um ar alegre, movimentado, barulhento e multicolorido. (SAVIANI, 2003, p. 9-10).

Contudo, a escola nova não atingiu plenamente seus objetivos, sendo um dos seus grandes obstáculos o alto custo para sua implantação e manutenção, ficando o acesso restrito a pequenos grupos de elite e deixando a classe popular ainda mais marginalizada. Saviani (2003, p. 10) faz uma crítica às marcas desta tendência:

Cumprir assinalar que tais consequências foram mais negativas que positivas uma vez que, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou a absorção do escolanovismo pelos professores por rebaixar o nível do ensino

destinado às camadas populares, as quais muito frequentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado. Em contrapartida, a “Escola Nova” aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites. (SAVIANI, 2003, p. 10).

Para superar a marginalidade, ainda mais agravada depois da tendência renovada, surge o tecnicismo articulado a um projeto de transformação social, que visa preparar os indivíduos para o mercado de trabalho. Assim, a educação passou por uma grande reformulação:

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que aconteceu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. [...] Buscou-se planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência (SAVIANI, 2003, p. 12).

Dessa forma, o foco principal do tecnicismo é tornar os alunos eficientes para desempenhar funções no mercado de trabalho capitalista, internalizando sua forma de funcionamento e seus valores, sem questionar seu papel enquanto cidadão.

O conteúdo é objetivo e pautado em informações científicas contidas em manuais técnicos e de instrução, nos livros didáticos, “estabelecidos e ordenados numa sequência lógica e psicológica por especialistas” (LIBÂNEO, 1994, p. 29).

O método de ensino é baseado na transmissão e recepção de informações. O aprendizado se efetiva quando ocorre a modificação e aperfeiçoamento do desempenho. Tanto a prática docente quanto a discente são controladas pelo seguimento de prescrições educativas baseadas em atividades repetitivas e programadas, que não exigem reflexão, e mediadas pelas tecnologias da educação, resultando na fragmentação e descontextualização do conhecimento.

Quanto à relação professor e aluno Libâneo (1994, p. 30) destaca que:

São relações estruturadas e objetivas, com papéis bem definidos: o professor administra as condições de transmissão da matéria, conforme um sistema instrucional eficiente e efetivo em termos de resultados de aprendizagem; o aluno recebe, aprende e fixa as informações. O professor é apenas um elo de ligação entre a verdade científica e o aluno, cabendo-lhe empregar o sistema instrucional previsto. O aluno é um indivíduo responsivo, não participa da elaboração do programa educacional. Ambos são espectadores frente à verdade objetiva. A comunicação professor-aluno tem um sentido exclusivamente técnico, que é o de garantir a eficácia da transmissão do conhecimento.

O processo educativo é planejado e efetivado de forma a garantir o equilíbrio do sistema social, por isso não há espaço para questões subjetivas como a interação entre professores e alunos, a preocupação com os interesses e necessidades dos alunos, a organização de um ambiente estimulador e o planejamento de aulas reflexivas.

A tendência tecnicista trouxe consequências negativas para o processo ensino-aprendizagem, entre elas: a negação dos saberes de alunos e professores; a ideia de que o aprendizado está condicionado exclusivamente a técnicas específicas e pré-definidas; professores e alunos seguindo rigidamente as técnicas e procedimentos determinados por especialistas e sequências didáticas que não consideram o tempo de aprendizado dos alunos.

Analisando as pedagogias que compõem a tendência liberal verifica-se o quanto suas concepções e valores estão arraigados no espaço escolar, interferindo direta e indiretamente na prática docente e no entendimento sobre a indisciplina escolar.

Se para a pedagogia tradicional o silêncio é fator determinante para o aprendizado, não permitindo a participação e questionamentos dos alunos, a pedagogia renovada valoriza a participação e a problematização para se chegar ao conhecimento, rompendo com o silêncio e apatia da pedagogia tradicional. E a pedagogia tecnicista traz a ideia de que o indivíduo precisa ser eficiente e produtivo, por isso não precisa participar do processo educativo mas executar as tarefas que lhe são determinadas sem refletir. Dessa forma ser ineficiente e contestar as tarefas demandadas é sinônimo de indisciplina, tornando a pessoa marginalizada por ameaçar a estabilidade do sistema.

3.2.2 Pedagogia progressista

Pedagogia progressista é um termo utilizado para designar as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades da educação. É um paradigma educacional que propõe a transformação social por meio da educação.

Segundo Libâneo (1994, p. 32):

A pedagogia progressista tem-se manifestado em três tendências: a libertadora, mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire; a libertária, que reúne os defensores da autogestão pedagógica; a crítico-social dos conteúdos que, diferentemente das anteriores, acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais.

A tendência libertadora é mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire, que é o seu inspirador e divulgador. Esta tendência é mais focada no ensino não-formal, mas seus pressupostos podem ser identificados também no ensino formal das instituições escolares. Nessa perspectiva, o compromisso da escola é com a formação da consciência política do aluno para atuar e transformar a realidade, para tanto deve problematizar a realidade, as relações sociais entre os homens e do homem com o meio. Segundo Libâneo (1994, p. 33) a educação é:

[...] uma atividade onde professores e alunos mediatizados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo da aprendizagem, atingem um nível de consciência dessa mesma realidade, a fim de nela atuarem, num sentido de transformação social.

A tendência libertadora tem como objetivo promover reflexões e ações conscientes que conduzam a classe oprimida à libertação, por isso é questionadora da realidade. Dessa forma, os conteúdos são chamados de temas geradores que partem da realidade social, sendo discutidos pelo grupo a fim de promover a percepção crítica e reflexiva do mundo e suas relações. O método de ensino é baseado no diálogo dos sujeitos a cerca do objeto a ser conhecido.

O professor é o animador das discussões do grupo, e deve adaptar-se às necessidades desse grupo para juntos traçarem o caminho do conhecimento. O relacionamento entre professor e aluno é baseado no diálogo, ambos são sujeitos do processo educativo. Libâneo (1994, p. 34-35) ressalta que:

O critério de bom relacionamento é a total identificação com o povo, sem o que a relação pedagógica perde resistência. Elimina-se, por pressuposto, toda relação de autoridade, sob pena de esta inviabilizar o trabalho de conscientização, de “aproximação de consciências”. Trata-se de uma “não-diretividade”, mas não no sentido do professor que se ausenta (como em Rogers), mas que permanece vigilante para assegurar ao grupo um espaço humano para “dizer sua palavra”, para se exprimir sem se neutralizar.

A tendência libertadora ao motivar a aprendizagem por meio da problematização, torna o conhecimento resultado da compreensão, reflexão e crítica da realidade, conduzindo os sujeitos a entender a realidade para atuar nela.

A tendência libertária também segue o pressuposto da educação como fator fundamental para a transformação da sociedade e “abrange quase todas as tendências antiautoritárias em educação, entre elas, a anarquista, a psicanalista, a dos sociólogos, e também a dos professores progressivistas” (LIBÂNEO, 1994, p. 38).

O papel da escola é gerar os princípios libertários e autogestionários, para que os alunos reflitam sobre a sua realidade e rompam com a dominação existente na sociedade, gerando uma nova ordem social, contrária à opressão e exploração, por isso as escolas devem impulsionar a democracia em suas relações. É uma tendência antiautoritária, ou seja, é contrária e questionadora de qualquer forma de autoritarismo e poder. O método de ensino é pautado na vivência grupal e o conhecimento resulta das experiências vividas pelo grupo, através da participação crítica, visando à autonomia dos alunos. Os alunos tem liberdade para buscar suas próprias formas de aprender conforme suas necessidades, as “matérias são colocadas á disposição do aluno, mas não são exigidas” (LIBÂNEO, 1994, p. 36).

A relação professor e aluno é contrária a qualquer forma de obrigações e ameaças, ambos são livres. “O professor é um orientador e um catalisador, ele se mistura ao grupo para uma reflexão comum”, sem impor suas concepções (LIBÂNEO, 1994, p. 37). A liberdade na relação professor e aluno acontece num sentido de abrir espaço para a reflexão, amadurecimento e exposição de ideias, com base na autonomia efetiva dos indivíduos:

Se os alunos são livres frente ao professor, também este o é em relação aos alunos (ele pode, por exemplo, recusar-se a responder uma pergunta, permanecendo em silêncio). Entretanto, essa liberdade de decisão tem um sentido bastante claro: se um aluno resolve não participar, o faz porque não se sente integrado, mas o grupo tem responsabilidade sobre este fato e vai se colocar a questão; quando o professor se cala diante de uma pergunta, seu silêncio tem um significado educativo que pode, por exemplo, ser uma ajuda para que o grupo assuma a resposta ou a situação criada (LIBÂNEO, 1994, p. 37).

A pedagogia crítico-social dos conteúdos defende que a função social e política da escola é assegurar a inserção das classes populares no espaço escolar

como condição para a efetiva participação dos indivíduos na sociedade. Segundo Pimenta (1991, p. 140):

A pedagogia crítico-social dos conteúdos possibilita à escola buscar no seu interior respostas pedagógico-didáticas articuladas à crítica dos mecanismos e imposições resultantes da sociedade organizada em classes sociais antagônicas.

A tarefa da escola é selecionar, organizar, estruturar e garantir os conhecimentos necessários para que a classe dominada possa lutar contra a dominação. Para tanto os conteúdos ensinados na escola devem ter como base o saber historicamente acumulado pela humanidade, que antes eram apropriados pela classe dominante e usados como instrumentos de dominação. “Para que a classe dominada tenha consciência das condições de dominação, a apropriação da cultura é fundamental” (PIMENTA, 1991, p. 141).

Libâneo (1994, p. 39) faz uma síntese da atuação da escola na tendência crítico-social dos conteúdos:

[...] a atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

Nessa perspectiva, para esta tendência formar o cidadão crítico e reflexivo exige o domínio dos conteúdos científicos articulados à construção de habilidades e raciocínio que preparem os alunos para participar efetivamente da sociedade, assim o conhecimento é a condição para que o homem seja inserido na sociedade.

Os conteúdos são abordados com o objetivo de construir um saber articulado às realidades sociais. Os métodos de ensino têm uma relação direta com a experiência do aluno, dessa forma o professor é o mediador entre os alunos e o meio, e através dos conteúdos faz com que estes compreendam e atuem na realidade. Nesta tendência o professor satisfaz a necessidade de conhecimentos dos alunos e ao mesmo tempo desperta outras necessidades, exige o esforço do aluno, mas também se esforça para aprimorar suas práticas de trabalho tendo como base conhecimentos sólidos que não ignoram a realidade social (LIBÂNEO, 1994, p. 42).

O aprendizado acontece de forma significativa, pois considera o saber discente e é voltado a aprimorar este saber.

Esta abordagem sobre as tendências pedagógicas foi de caráter geral, procurando sintetizar as concepções de homem, de mundo, de sociedade e educação presentes em cada uma, com o objetivo de fomentar conhecimentos e reflexões a cerca de qual ou quais tendências estão embasando a prática docente em sala de aula, ressaltando que em cada tendência a disciplina/indisciplina é entendida de forma diferente.

Nessa perspectiva, é importante que o professor tenha conhecimento de como os conceitos educacionais evoluíram com o passar do tempo e o quanto deixaram marcas que influenciam as práticas pedagógicas atuais.

O fato é que as escolas e os professores estão confusos diante da variedade de concepções pedagógicas e das transformações sociais. A predominância do tradicionalismo educacional não admite que a sociedade mudou e que os indivíduos também mudaram. Analisando a indisciplina com um olhar sócio-histórico, Aquino (1996, p. 45) a define como:

[...] sintoma de injunção da escola idealizada e gerida para um determinado tipo de sujeito e sendo ocupada por outro. Equivaleria, pois, a um quadro difuso de instabilidade gerado pela confrontação deste novo sujeito histórico a velhas formas institucionais cristalizadas.

De acordo com Antunes (1999, p. 85) é preciso superar a ideia que associa a organização escolar a um quartel, em que os professores comandam e os alunos obedecem. Superar os problemas de indisciplina requer que os educadores reconheçam que a sociedade está em constante transformação e que as concepções pedagógicas tradicionais não podem ser a base da educação contemporânea.

Além disso, a formação dos professores, seus conhecimentos e suas práticas em sala de aula são fatores que podem influenciar nos casos de indisciplina, por isso devem ser constantemente analisados para que os profissionais de educação compreendam a indisciplina escolar além das aparências e do senso comum, dedicando esforços para solucionar ou ao menos minimizar as influências negativas da indisciplina no processo ensino-aprendizagem.

3.3 O papel da prática docente diante da indisciplina escolar

A unidade entre objetivos-conteúdos-métodos é imprescindível para o trabalho docente. É preciso ter clareza dos objetivos da educação escolar, traçando metas para atingi-los, e isso só é possível quando o professor tem conhecimentos sólidos dos conteúdos que trabalha e tem domínio de diferentes métodos de ensino, direcionando sua prática conforme a necessidade de seus alunos.

O ensino não pode ser uma ação casual, empírica ou dispersiva. Tem de ser uma ação lógica e estruturada a partir de princípios que se estabelecem quando nos perguntamos: como ensinar? Qual o melhor método de ensino? Quais as melhores e mais eficazes técnicas? (MENEGOLLA, 2002, p. 32-33).

Quando um professor não consegue desenvolver seu trabalho em sala de aula, mesmo tendo conhecimentos dos conteúdos que ministra, diz-se que ele não possui didática.

E não raro aparecem profissionais que não conseguem externalizar seus conhecimentos, que tem clareza dos objetivos da educação, mas que no momento de entrar em sala de aula se perdem nos métodos e técnicas de ensino, e não tem “domínio sobre a turma”. A expressão “ter o domínio sobre a turma” é muito usada no espaço escolar, não com o sentido de exercer a dominação, de mandar nos alunos, mas de envolvê-los no processo ensino-aprendizagem, de conseguir a interação entre professores e alunos de forma satisfatória, com respeito e reconhecimento do papel de cada um.

Quando os alunos não são envolvidos no processo ensino-aprendizagem, quando o conteúdo que está sendo abordado não faz sentido para suas vidas, a primeira manifestação que surge é a indisciplina. Por isso muitas vezes a indisciplina tem sua origem na prática docente, que em algum momento deixou lacunas para que o aluno manifestasse a sua insatisfação. De acordo com Libâneo (1994) a disciplina na classe está diretamente ligada à prática docente, à autoridade profissional, moral e técnica do professor.

Nessa perspectiva, é de suma importância aos professores refletir e aperfeiçoar constantemente sua prática, buscar novos conhecimentos, ousar novas metodologias, que auxiliem seu trabalho na sala de aula, pois é neste espaço que o saber docente conduz ao aprendizado.

Os professores são parte fundamental do processo educativo, e por isso devem estar conscientes do seu papel e da importância da sua atuação para a formação das futuras gerações. Diante da influência que a atuação docente exerce na vida dos alunos e conseqüentemente sobre a sociedade, é importante que a formação deste profissional contemple duas dimensões: a dimensão teórico-científica que refere-se a formação acadêmica específica nas disciplinas e a dimensão técnico-prática que visa a preparação profissional específica para a prática docente (Libâneo, 1994).

Segundo Libâneo (1994), a didática pode ser definida como a mediação entre as dimensões teórico-científica e a técnico-prática. Dessa forma, pode-se identificar que o professor que “não tem didática” é aquele que não consegue articular os conhecimentos teóricos com a prática em sala de aula. O que não se pode ignorar é que essa articulação não acontece de uma hora para outra. Além do domínio da teoria o professor precisa desenvolver habilidades práticas, que dependem do tempo e do compromisso docente com essa atuação.

No começo da carreira muitos profissionais encontram dificuldades para desenvolver seu trabalho de forma satisfatória, a falta de experiência em sala de aula conduz a erros e a inseguranças, contudo não podemos esquecer do compromisso social do professor que é de preparar os alunos para o exercício da cidadania, para que sejam sujeitos ativos e participantes na família, no trabalho, na vida cultural e política.

Esse compromisso norteia a ação docente, e mesmo diante dos inúmeros obstáculos da profissão, aquele que assume este compromisso busca sempre melhorar sua prática.

Considerando que o ensino, por mais simples que pareça, envolve uma atividade complexa, sendo influenciado por condições internas e externas à escola, conhecer estas condições é fator fundamental para o trabalho docente, pois a escola é palco de diferentes fatores econômicos, sociais, culturais, emocionais e cognitivos, que muitas vezes causam conflitos que poderiam ser evitados ou amenizados se houvesse conhecimentos sobre a situação e o direcionamento de ações efetivas para lidar com eles.

Entre os conflitos mais comuns aponta-se a indisciplina escolar e seus desdobramentos, que afetam diretamente a ação educativa, impedindo a escola e os professores de concretizarem seu compromisso social.

Por isso é importante que mesmo em meio aos conflitos, a escola e os professores não deixem de lado seus objetivos. Libâneo (1994) aponta que os principais objetivos da ação docente são: assegurar ao aluno domínio duradouro e seguro dos conhecimentos; criar condições para o desenvolvimento de capacidades e habilidades visando a autonomia na aprendizagem e independência de pensamento dos alunos; orientar as tarefas do ensino para a formação da personalidade.

Atingir esses objetivos requer do professor uma postura de investigação, reflexão e avaliação de sua prática, além da sensibilidade para compreender que cada aluno é um ser único, que manifesta suas emoções de diferentes formas, sejam elas positivas ou negativas, exigindo do professor que domine não só os conteúdos, mas que entenda da singularidade de cada ser.

Na medida em que os alunos carregam as suas concepções frente à importância da educação, os professores também carregam, explícita ou implicitamente, uma concepção de homem, de mundo, de sociedade e de educação que norteiam a sua prática. Por isso é importante ter e buscar conhecimentos, pois o ato educativo só pode ser construtivo quando envolve um movimento de busca e investigação constantes das teorias que embasem a prática. Pimenta (2005, p. 26) ressalta que o saber docente deve articular teoria e prática, pois ambos se embasam e se resignificam, proporcionando visões e análises diferenciadas que sustentam uma prática docente contextualizada, capaz de entender e agir nos diversos contextos da educação, sem deixar-se levar pelo senso comum:

[...] O papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análises para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais, e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os. Daí é fundamental o permanente exercício da crítica das condições materiais nas quais o ensino ocorre (PIMENTA, 2005, p. 26).

Nessa perspectiva, o primeiro passo para que os professores possam concretizar o compromisso social, inerente à sua profissão de educador, é conhecer as teorias que norteiam a educação ao longo do tempo, para entender qual a concepção de educação que está disposto a adotar em sua prática, qual o valor que atribui e que quer transmitir sobre a educação.

Os alunos percebem quando o professor é comprometido com o seu trabalho, e o resultado deste compromisso pode ser observado no compromisso que os próprios alunos assumem com a educação.

O professor tem de assumir uma postura de empenhamento autoformativo e autonomizante, tem de descobrir em si as potencialidades que detém, tem de conseguir ir buscar ao seu passado aquilo que já sabe e que já é e, sobre isso, construir o seu presente e o seu futuro, tem de ser capaz de interpretar o que vê fazer, de imitar sem copiar, de recriar, de transformar. Só o conseguirá se reflectir sobre o que faz e sobre o que vê fazer. (ALARCÃO, 1996, p. 18).

Assim como é consenso entre os educadores e pesquisadores da educação que a indisciplina é um grande obstáculo ao desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, também existe um consenso sobre a necessidade do professor buscar conhecimentos que fortaleçam a sua prática, segundo Sant'Anna e Menegolla (2002, p. 15) “são as teorias da educação que darão ao professor segurança na tomada de decisões no ato pedagógico”. A habilidade de tomar decisões consiste em escolher as melhores alternativas, pensando no que é melhor para si e para os outros, não considerando apenas o imediato, mas as implicações futuras das decisões tomadas (SANT'ANNA; MENEGOLLA, 2002).

Nessa perspectiva, a habilidade de tomar decisões diante da indisciplina escolar requer do professor, além de conhecimentos efetivos, a capacidade de pensar em si e no aluno, e nas consequências presentes e futuras de sua decisão.

Por isso a escola deve promover momentos de discussão e reflexão, para que os professores possam compartilhar seus conhecimentos e experiências, direcionando ações que tratem a indisciplina com o olhar histórico, social e crítico que ela exige, sem se deixar levar por modismos e considerações que discriminam o aluno, nem tampouco por visões que reduzem o papel do professor a refém das manifestações de indisciplina, considerando que o problema só tende a piorar e que é preciso acostumar-se com a situação ou abandonar a profissão.

Nessa perspectiva, Paulo Freire (2001, p. 46) ressalta que “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”, então não se pode aceitar o rumo que a indisciplina vem tomando no espaço escolar, é preciso intervir nesta realidade, começando pelo reconhecimento do potencial da prática docente para a formação humana, que quando bem fundamentada, planejada e direcionada consegue

promover a valorização da educação escolar e a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Outro saber fundamental à prática educativa crítica, que não se acomoda diante do desafio de conhecer e superar a indisciplina, é o reconhecimento de que “ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade” (FREIRE, 2001, p. 56):

A segurança com que a autoridade docente se move implica uma outra, a que se funda na sua competência profissional. Nenhuma autoridade docente se exerce ausente desta competência. O professor que não leve a sério sua formação, que não estuda, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica. Há professoras cientificamente preparados mas autoritários a toda prova. O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor.

Nessa perspectiva, a competência profissional dá ao professor a autoridade para exercer a sua função, e quando os alunos percebem que o professor está inseguro ou despreparado para realizar seu trabalho o processo ensino-aprendizagem pode resultar em conflitos, sendo a indisciplina uma forma de mostrar ao professor que os alunos estão percebendo o seu despreparo.

Dessa forma, competência profissional e a autoridade devem caminhar juntas, mas a autoridade não pode ser confundida com autoritarismo, a generosidade deve fazer parte dessa relação, construindo um tripé composto pela competência profissional-autoridade-generosidade, que é norteado pela busca de conhecimentos em que professores e alunos são sujeitos, vivendo uma relação de respeito e troca.

A autoridade coerentemente democrática, fundando-se na certeza da importância, quer de si mesma, quer da liberdade dos educandos para a construção de um clima de real disciplina, jamais minimiza a liberdade. Pelo contrário, aposta nela. Empenha-se em desafiá-la sempre e sempre; jamais vê, na rebeldia da liberdade, um sinal de deterioração da ordem. A autoridade coerentemente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta (FREIRE, 2001, p. 57).

A autoridade docente é necessária para conduzir o processo ensino-aprendizagem que visa a liberdade dos alunos, dessa forma, pensar em autoridade não é negar ou abrir mão da rigorosidade que o professor deve ter em seu trabalho,

mas negar a submissão, a falta de expressão dos alunos, é negar o professor como dono do saber e começar a abrir espaço para que alunos se assumam como sujeitos construtores do saber.

Um ponto de vista realista da relação pedagógica não recusa a autoridade pedagógica expressa na sua função de ensinar. Mas não deve confundir autoridade com autoritarismo. Este se manifesta no receio do professor em ver sua autoridade ameaçada; na falta de consideração para com o aluno ou na imposição do medo como forma de tornar mais cômodo e menos estafante o ato de ensinar (LIBÂNEO, 1994, p. 45).

Nessa perspectiva, ser professor em um período histórico tão cheio de conflitos e inversão de valores, como o que estamos vivendo atualmente, exige deste profissional a busca constante por conhecimentos que o façam identificar posturas ingênuas; que lhe ofereçam a construção de uma bagagem de teorias e práticas que articuladas norteiam as suas ações; para que compreenda os inúmeros fatores que interferem positiva e negativamente na educação; para que tenha consciência que educar para a autonomia exige liberdade e que essa liberdade não pode ser confundida com libertinagem; que promover a autonomia exige o reconhecimento dos direitos e deveres e que a autoridade docente pode direcionar este reconhecimento.

A ferramenta capaz de estabelecer o equilíbrio em sala de aula entre autoridade, autonomia e liberdade é o conhecimento. Não se pode modificar algo que não se conhece, por isso quando o professor compreender a importância de buscar conhecimentos poderá entender como sua prática pode influenciar ou até mesmo direcionar os alunos a atitudes disciplinadas/indisciplinadas, bem como o compromisso dos alunos com a educação. Não tem como o professor se dizer crítico se não reconhece seu aluno como sujeito do processo educativo, nem como se dizer inovador se espera de seus alunos o domínio de técnicas que em nada irão contribuir para o desenvolvimento da sua criatividade.

É preciso que o professor analise a educação escolar além da atualidade, para que possa compreender as influências que a educação vem sofrendo ao longo do tempo, com o cuidado para não pensar a disciplina/indisciplina como antigamente, mas com o olhar contemporâneo que ela exige, considerando que a verdadeira disciplina é aquela que promove a participação e o esforço, tanto dos

professores quanto dos alunos, para manter o respeito ao próximo e a busca por uma vida melhor.

3.4 O papel da escola diante da indisciplina escolar

A escola é uma instituição social responsável pela transmissão dos conhecimentos acumulados pela humanidade, visando promover a socialização dos indivíduos. De acordo com Antunes (1999, p.84):

A escola, ao que tudo indica, possui hoje três papéis claramente definidos: uma finalidade epistemológica, quando se coloca a serviço da apropriação dos conhecimentos acumulados pela humanidade; uma dimensão socializante, ao preparar a criança e o adolescente para o convívio com os grupos sociais e com a sociedade, e uma dimensão profissionalizante, assegurando a quem a frequenta plena qualificação para o trabalho em seus aspectos moral e produtivo.

Porém a escola atual vem organizando-se como uma instituição que atua independente dos fatores sociais e dos indivíduos que a frequentam, sem considerar que a existência da escola e dos professores só pode ser justificada pela existência dos alunos e vice-versa. Escola, alunos e professores são elos de uma corrente que compõe a educação, a falta de um elo compromete todo o processo.

O modo como realiza-se o processo educativo é um dos fatores internos à escola que contribui para o aumento da indisciplina escolar. Dessa forma podem-se elencar algumas práticas realizadas no contexto escolar que colaboram para essa situação, entre elas: o processo ensino-aprendizagem descontextualizado, a imposição de regras e normas que o aluno não entende ou discorda, a postura dos profissionais da educação e a rotulagem dos alunos.

O ensino descontextualizado que ignora a realidade dos alunos e os impede de expressar suas ideias, acaba submetendo-os a aprender coisas que não contribuem para a sua prática de vida, gerando desmotivação.

Além do processo ensino-aprendizagem ser descontextualizado, a escola impõe regras e normas que impedem o aluno de expressar pacificamente sua desmotivação, que muitas vezes é rotulada como preguiça e falta de interesse,

restando ao aluno usar a indisciplina para manifestar sua insatisfação. A escola como qualquer outra instituição, precisa de regras que orientem a convivência entre as pessoas que a frequentam, contudo essas regras devem ser entendidas como instrumentos que auxiliem os indivíduos a conviver com os outros, estabelecendo limites para a liberdade e responsabilidade pelas ações, e não como forma de moldar comportamentos.

A organização escolar que impõe sua ideologia como absoluta impedindo a expressão dos alunos, que estabelece regras descontextualizadas que os alunos não entendem ou não têm condições de cumprir, não está visando o exercício da cidadania mas a exclusão. Segundo Trevisol (2011, p. 7):

À medida que cobra do aluno o respeito, o cumprimento das normas, o bom desempenho, a escola precisa oferecer subsídios para tais práticas. Como o aluno irá desenvolver conceitos de justiça e praticá-los se é frequentemente injustiçado e punido, se não é ouvido ou mesmo questionado sobre o que se passa com ele? E o que é pior, na maioria das vezes, a culpa ou a origem dos fracassos e da indisciplina recai sobre o próprio aluno. O sistema escolar isenta-se de suas responsabilidades e desconsidera suas práticas excludentes.

A postura do professor é uma questão que interfere muito no desencadeamento da indisciplina, pois quando ele é comprometido com a educação suas ações buscarão envolver os alunos no processo ensino-aprendizagem, a aula será um momento de construção de conhecimentos em que o professor atua como mediador, impulsionando o desejo discente de aprender. Por outro lado, se o professor não acredita que a educação é capaz de promover transformações pessoais que se estendem à sociedade, seu trabalho é realizado sem motivação resultando nos velhos discursos, que sem refletir rotulam os alunos com frases do tipo: “Esse aluno não tem mais jeito”; “Fulano é um aluno problema”; “Cicrano é o futuro marginal da sociedade”. Ao rotular o aluno o professor se isenta da responsabilidade de analisar o seu trabalho e de procurar entender os motivos que conduzem alguns alunos à indisciplina.

Analisando os significados atribuídos à indisciplina no meio educacional, Rego (1996) aponta a relação direta que se estabelece entre a indisciplina e o comportamento inadequado dos alunos, contudo as definições do termo indisciplina encontradas nos dicionários não fazem referência ao aluno, apenas abordam de forma neutra e objetiva o seu significado. Dessa forma, constata-se que

indisciplinado é todo indivíduo que não observa os regulamentos, normas e regras destinadas a manter a boa ordem em qualquer organização.

A boa ordem no ambiente escolar não significa manter os alunos calados, mas direcionar o trabalho pedagógico para que a educação escolar cumpra a sua finalidade expressa em lei de promover o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB 9394/96; art. 2º). Diante dessa finalidade atribuída à educação pode-se afirmar que quando a escola, representada pelos profissionais que nela atuam, não cumprem o seu papel também estão sendo de certa forma indisciplinados, ou seja, não estão cumprindo o que determina a lei, que é uma regra destinada a manter a boa ordem no ambiente escolar.

Então, todas as ações da equipe de gestão escolar, dos professores e demais funcionários que organizam o espaço escolar, que interferem negativamente na finalidade da educação devem ser analisados, para que a indisciplina escolar não seja um fenômeno atribuído de forma equivocada exclusivamente ao aluno.

O professor também pode ter comportamentos indisciplinados quando deixa de cumprir sua função de educador, quando adere ao comodismo que impede o planejamento de aulas significativas e o estabelecimento de objetivos claros e coerentes com uma educação que visa promover o exercício da cidadania; quando considera-se superior ao aluno impedindo-o de falar e expressar o que pensa; quando atribui ao aluno a causa do fracasso escolar sem analisar sua prática. Assim o comportamento indisciplinado do professor pode gerar o comportamento indisciplinado dos alunos:

A indisciplina parece ser uma resposta clara ao abandono à habilidade das funções docentes em sala de aula, porque é só a partir do seu papel evidenciado corretamente na ação em sala de aula que os alunos podem ter clareza quanto ao seu próprio papel, complementar ao do professor (AQUINO apud TREVISOL, 1998, p.8).

Por isso se a falta de comprometimento e apatia dos alunos nas aulas são classificados como comportamentos indisciplinados, o que dizer quando a escola e os professores não se comprometem com a qualidade da educação, deixando levar-se pelo comodismo e atribuindo aos alunos toda a responsabilidade pelo fracasso escolar?

Esses questionamentos podem impulsionar reflexões que conduzam à análise do papel que a escola exerce para a formação dos cidadãos, e de como suas práticas podem ser direcionadas tanto para emancipação quanto para exclusão dos indivíduos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indisciplina escolar é um tema muito discutido atualmente por ser um dos grandes desafios enfrentados em sala de aula para que o professor consiga realizar seu trabalho e contribuir para o desenvolvimento dos alunos.

Porém, mesmo com inúmeros estudos sobre a temática, o espaço escolar continua permeado por preconceitos e considerações de senso comum que impedem um olhar crítico e reflexivo sobre a indisciplina, que considere não apenas os fatores sociais, econômicos e culturais que estão diretamente relacionados à família, mas que analise também a interferência dos aspectos cognitivos e das práticas pedagógicas para o seu desencadeamento.

Sem dúvida o apoio familiar é um fator determinante para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, contudo não se pode desconsiderar a influência do professor na formação desses indivíduos. Se a criança ou adolescente vem de uma família desestruturada, na qual não existem regras nem limites e chega à sala de aula com um professor mal preparado e cheio de preconceitos, qual formação se espera que esse indivíduo tenha?

É preciso romper com a ideia que associa a indisciplina como algo intrínseco ao aluno, sem analisar o papel da escola e da prática docente. A superação da indisciplina exige a busca por conhecimentos para primeiro compreender a temática e depois direcionar ações efetivas para sua superação, fundamentando as práticas pedagógicas para que mostrem o compromisso da escola e dos professores com a educação.

O desejo de mudar o cenário de conflitos presente no espaço escolar deve ser a força motriz para o professor não se acomodar e nem perder as esperanças, para reconhecer que sua prática carrega um grande potencial que pode redirecionar o rumo da educação.

Por isso ao longo deste trabalho foi destacado a importância do conhecimento e da prática docente para lidar com a indisciplina escolar, ressaltando que o trabalho docente carrega concepções de homem, de mundo, de sociedade e de educação que interferem no ato educativo e na forma como o professor vê e considera o aluno. Nessa perspectiva, a importância do conhecimento é proporcionar ao professor a análise fundamentada da sua prática, para entender os condicionamentos históricos e sociais de suas ações; de onde vem as suas concepções e o que as influencia. A

partir da análise fundamentada da sua prática o professor rompe com as barreiras do preconceito e das considerações de senso comum e passa a decidir de forma consciente sobre o rumo que deseja dar á educação.

Com as reflexões levantadas neste trabalho sobre a influência da prática docente no desencadeamento da indisciplina não se quer afirmar que todos os casos de indisciplina são influenciados pelas ações dos professores e nem atribuir exclusivamente à prática docente a culpa pela indisciplina, mas como a proposta deste trabalho é analisar essa problemática enfocando na prática docente as abordagens aqui realizadas são voltadas a promover reflexões sob este enfoque, visando aguçar nos professores a necessidade de buscar conhecimentos que permitam analisar criticamente sua prática e aperfeiçoá-la.

Nessa perspectiva, buscar conhecimentos que embasem a prática docente crítica, reflexiva e comprometida com a qualidade da educação é um dos caminhos para que a escola consiga cumprir seu papel de formar os alunos para o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-14724**. Informação e documentação: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, (jan/2006).

_____. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-6023**. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002 a. (Ago/2002).

ALARCÃO, I. **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Portugal: Porto Editora, 1996.

AQUINO, J. R. G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 11 ed. São Paulo: Summus, 1996. Cap. 3, p. 39-56.

ANTUNES, C. **A dimensão de uma mudança: Atenção, criatividade, disciplina, distúrbios de aprendizagem, propostas e projetos**. Campinas, SP: Papirus, 1999. (Coleção Papirus Educação).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GUIMARÃES, Á. M. Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos na escola. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2006.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____ **O pedagogo na escola pública.** São Paulo: Loyola, 1991.

PIROLA, S. M. F. **As marcas da indisciplina na escola:** caminhos e descaminhos das práticas pedagógicas. 2009. 155 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP. 2009.

REGO, T. C. R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Campinas – SP: Autores Associados, 2003.

SANT'ANNA, I. M. MENEGOLLA, M. **Didática:** aprender a ensinar. São Paulo: Loyola, 2002.

TAILLE, Y. L. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

TREVISOL, M. T. C. **Indisciplina escolar:** sentidos atribuídos por alunos do ensino fundamental. Programa de Mestrado em Educação, Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. Disponível em: www.pesquisa.uncnet.br. Acesso em: 17 de set. 2011.

ZÓBOLI, G. B. **Práticas de ensino:** Subsídios para a Atividade Docente. São Paulo: Ática, 2004.